

FORMAÇÃO DOCENTE E DEMANDAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

TEACHER EDUCATION AND CONTEMPORARY SOCIAL DEMANDS IN EARLY
CHILDHOOD EDUCATION: AN INTEGRATIVE REVIEW OF SCIENTIFIC
PRODUCTION

Ciências Humanas • 26/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/779639126](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/779639126)

Fernanda Germani de Oliveira Chiaratti¹

RESUMO

A formação docente na educação infantil tem assumido papel decisivo diante das transformações sociais, culturais e educacionais que caracterizam a sociedade contemporânea. Nesse cenário, os professores são chamados a desenvolver práticas pedagógicas capazes de responder à diversidade das infâncias e às novas demandas sociais que incidem sobre as instituições educativas. Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre formação docente e demandas sociais contemporâneas no contexto da educação infantil, considerando os desafios colocados pelas políticas educacionais, pelas transformações nas configurações familiares e pelas exigências pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento integral das crianças. A pesquisa caracteriza-se como revisão integrativa da literatura, realizada a partir da análise de produções científicas publicadas em bases acadêmicas nacionais e internacionais. O referencial teórico dialoga com estudos sobre saberes docentes, profissionalização do magistério, sociologia da infância e políticas educacionais. A análise dos estudos selecionados permitiu identificar três eixos principais de discussão: compreensão das infâncias contemporâneas, construção dos saberes docentes e influência das políticas educacionais na formação de professores. Os resultados indicam que a formação docente precisa articular conhecimentos pedagógicos, compreensão das transformações sociais que impactam a infância e reflexão crítica sobre as políticas educacionais, de modo a potencializar práticas pedagógicas contextualizadas e socialmente comprometidas. Conclui-se que o fortalecimento da formação inicial e continuada constitui elemento crucial para qualificar o trabalho pedagógico na educação infantil e favorecer a construção de práticas educativas comprometidas com o desenvolvimento integral das crianças.

Palavras-chave: formação docente; educação infantil; demandas sociais; políticas educacionais; prática pedagógica.

ABSTRACT

Teacher education in early childhood education has assumed a crucial role in the context of contemporary social, cultural, and educational transformations. In this scenario, teachers are increasingly required to develop pedagogical practices capable of responding to the diversity of childhood experiences and to the new social demands affecting educational institutions. This article aims to analyze the relationship between teacher education and contemporary social demands in the context of early childhood education, considering the challenges posed by educational policies, changes in family structures, and pedagogical requirements related to children's integral development. The study is characterized as an integrative literature review based on the analysis of scientific publications indexed in national and international academic databases. The theoretical framework is grounded in studies on teachers' knowledge, professional development, sociology of childhood, and educational policies. The analysis of the selected studies allowed the identification of three main analytical axes: understanding contemporary childhoods, the construction of teachers' professional knowledge, and the influence of educational policies on teacher education. The results indicate that teacher education needs to articulate pedagogical knowledge, critical understanding of the social transformations affecting childhood, and reflective engagement with educational policies in order to strengthen contextualized and socially committed pedagogical practices. The study concludes that strengthening both initial and continuing teacher education is essential to improve pedagogical work in early childhood education and to promote educational

practices committed to children's holistic development

Keywords: teacher education; early childhood education; social demands; educational policies; pedagogical practices.

1. INTRODUÇÃO

A educação infantil tem sido progressivamente reconhecida como etapa fundamental da educação básica, desempenhando papel decisivo no desenvolvimento cognitivo, social, emocional e cultural das crianças. Esse reconhecimento resulta de transformações históricas nas concepções de infância, nas políticas educacionais e nas pesquisas acadêmicas que têm enfatizado a importância das experiências vivenciadas na primeira infância para a formação dos sujeitos. Nesse contexto, as instituições de educação infantil passaram a assumir responsabilidades cada vez mais amplas relacionadas não apenas ao cuidado, mas também à promoção de processos educativos que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças.

No Brasil, a consolidação da educação infantil como primeira etapa da educação básica foi fortalecida por diferentes marcos legais e normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Esses documentos reconhecem a criança como sujeito de direitos e estabelecem princípios orientadores para a organização das práticas pedagógicas nas instituições que atendem crianças de zero a cinco anos.

Nesse cenário, a qualidade da educação infantil encontra-se diretamente relacionada à formação dos profissionais responsáveis pelo trabalho pedagógico desenvolvido nas creches e pré-escolas. As

pesquisas educacionais têm evidenciado que a docência na primeira infância exige conhecimentos específicos sobre desenvolvimento infantil, organização de ambientes educativos, mediação pedagógica e compreensão das múltiplas dimensões que compõem as experiências das crianças.

A formação docente, portanto, constitui elemento central para a construção de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades da infância e promovam experiências educativas significativas. Conforme destaca Sonia Kramer, pensar a educação infantil implica reconhecer a criança como sujeito histórico, social e cultural, participante ativo dos processos de produção de conhecimento e de construção da cultura. Nesse sentido, a autora afirma que “pensar a educação infantil implica reconhecer a criança como sujeito histórico, social e cultural, capaz de produzir conhecimentos e significados” (KRAMER, 2007, p. 15).

Ao mesmo tempo, as transformações sociais contemporâneas têm produzido novas demandas para o trabalho docente na educação infantil. Mudanças nas estruturas familiares, processos de urbanização, intensificação das desigualdades sociais, ampliação do acesso à educação infantil e presença crescente das tecnologias digitais no cotidiano das crianças têm impactado diretamente as experiências infantis e a organização das instituições educativas.

Essas transformações ampliam a complexidade do trabalho pedagógico desenvolvido nas instituições de educação infantil, exigindo professores capazes de compreender as múltiplas dimensões que caracterizam as infâncias contemporâneas. Nesse contexto, a formação docente precisa integrar conhecimentos teóricos, reflexão crítica sobre a prática pedagógica e compreensão

das políticas educacionais que orientam a organização do sistema educacional.

Além disso, as discussões acadêmicas têm destacado que a formação docente não pode ser compreendida apenas como processo de transmissão de conteúdos teóricos, mas como construção contínua de saberes profissionais que se desenvolvem ao longo da trajetória formativa e da experiência docente. Nesse sentido, autores como Tardif (2014) e Nóvoa (2009) enfatizam que os saberes docentes são constituídos por diferentes fontes de conhecimento e se consolidam por meio da articulação entre formação acadêmica, prática pedagógica e reflexão crítica sobre o trabalho educativo.

Diante desse cenário, torna-se necessário analisar como a produção científica tem discutido as relações entre formação docente e as demandas sociais contemporâneas presentes na educação infantil. A compreensão dessas relações contribui para ampliar o debate sobre os desafios enfrentados pelos professores e para identificar perspectivas teóricas capazes de orientar processos formativos mais coerentes com as necessidades do campo educacional.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar as contribuições da produção científica sobre a relação entre formação docente e demandas sociais contemporâneas na educação infantil, discutindo como os processos formativos podem contribuir para qualificar o trabalho pedagógico nesse nível de ensino.

A investigação foi desenvolvida por meio de revisão integrativa da literatura, metodologia que permite reunir e analisar estudos teóricos e empíricos produzidos sobre determinado fenômeno

investigado. A sistematização das produções acadêmicas possibilita identificar tendências investigativas, lacunas teóricas e contribuições relevantes para o desenvolvimento do campo educacional.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Formação Docente e Práticas Pedagógicas na Educação Infantil à Luz da BNCC e das DCNEI

A discussão sobre formação docente e práticas pedagógicas na educação infantil também precisa ser compreendida à luz das políticas educacionais que orientam a organização curricular dessa etapa da educação básica no Brasil. Entre os principais documentos normativos que estruturam as práticas pedagógicas na educação infantil destacam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses documentos estabelecem princípios, objetivos e orientações pedagógicas que influenciam diretamente a formação dos professores e a organização do trabalho educativo nas instituições de educação infantil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, constituem marco fundamental para a consolidação da educação infantil como primeira etapa da educação básica. O documento reconhece a criança como sujeito de direitos e enfatiza que o trabalho pedagógico deve articular as dimensões de educar e cuidar, superando concepções assistencialistas historicamente associadas às instituições que atendem crianças pequenas.

De acordo com as DCNEI:

“as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da educação infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira” (BRASIL, 2009, p. 25).

Essa orientação reforça a necessidade de compreender a aprendizagem infantil como processo construído nas relações sociais e nas experiências vivenciadas pelas crianças em diferentes contextos educativos. As interações estabelecidas entre crianças e adultos, bem como as brincadeiras desenvolvidas nos espaços educativos, constituem elementos centrais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

Nesse sentido, a formação docente precisa preparar os professores para organizar ambientes educativos que favoreçam experiências significativas de interação, exploração e participação das crianças. A compreensão desses princípios exige que os processos formativos incluam estudos sobre desenvolvimento infantil, pedagogia da infância e organização de práticas pedagógicas centradas nas experiências das crianças.

A Base Nacional Comum Curricular, publicada em 2017, reforça e amplia os princípios estabelecidos pelas DCNEI, propondo organização curricular baseada nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. De acordo com a BNCC, todas as crianças têm direito a participar de experiências educativas que promovam seu desenvolvimento integral.

O documento estabelece seis direitos de aprendizagem fundamentais:

- conviver

- brincar
- participar
- explorar
- expressar
- conhecer-se

Esses direitos orientam a organização das práticas pedagógicas na educação infantil e reforçam a necessidade de reconhecer as crianças como protagonistas de seus processos de aprendizagem.

A BNCC afirma que:

“as interações e as brincadeiras constituem eixos estruturantes das práticas pedagógicas da educação infantil” (BRASIL, 2017, p. 37).

Essa concepção curricular exige que os professores desenvolvam práticas pedagógicas capazes de valorizar as experiências infantis, promover a participação das crianças e incentivar a exploração do ambiente. Dessa forma, a formação docente precisa possibilitar que os professores compreendam os fundamentos pedagógicos presentes nesses documentos e sejam capazes de traduzi-los em práticas educativas concretas.

Outro aspecto relevante refere-se à organização curricular da educação infantil em campos de experiências, proposta pela BNCC. Esses campos constituem forma inovadora de organizar o currículo, pois priorizam experiências significativas para o desenvolvimento

das crianças em vez da fragmentação tradicional dos conteúdos escolares.

Os cinco campos de experiências definidos pela BNCC são:

1. O eu, o outro e o nós
2. Corpo, gestos e movimentos
3. Traços, sons, cores e formas
4. Escuta, fala, pensamento e imaginação
5. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

Essa organização curricular exige que os professores desenvolvam práticas pedagógicas integradas, capazes de articular diferentes dimensões do desenvolvimento infantil. Nesse contexto, a formação docente precisa incluir discussões sobre planejamento pedagógico, organização de ambientes educativos e estratégias de mediação pedagógica que favoreçam a aprendizagem das crianças.

Além disso, a BNCC enfatiza que o trabalho pedagógico na educação infantil deve respeitar as características próprias da infância, evitando processos de escolarização precoce. As práticas educativas devem valorizar a curiosidade, a imaginação, a experimentação e a criatividade das crianças.

Essa orientação curricular exige que os professores desenvolvam sensibilidade pedagógica para interpretar as experiências das crianças e organizar situações de aprendizagem que respeitem seus ritmos de desenvolvimento.

Nesse sentido, a formação docente precisa promover reflexão crítica sobre as concepções de infância que orientam as práticas pedagógicas nas instituições educativas. A compreensão da infância como construção social e cultural constitui elemento fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem as experiências das crianças.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de articular os princípios da BNCC e das DCNEI com a realidade concreta das instituições de educação infantil. A implementação das orientações curriculares depende, em grande medida, da formação dos professores e das condições institucionais existentes nas escolas.

Diversos estudos têm destacado que a simples existência de documentos curriculares não garante transformações efetivas nas práticas pedagógicas. Para que as orientações presentes na BNCC e nas DCNEI sejam incorporadas ao cotidiano escolar, é necessário investir em processos de formação docente que possibilitem a compreensão crítica desses documentos.

Nesse contexto, a formação continuada assume papel fundamental, pois permite que os professores reflitam coletivamente sobre os desafios presentes na implementação das políticas curriculares. Os espaços de formação realizados nas instituições educativas podem favorecer o diálogo entre teoria e prática, contribuindo para a construção de propostas pedagógicas contextualizadas.

Outro elemento que merece destaque refere-se à relação entre políticas curriculares e autonomia docente. Embora documentos como a BNCC estabeleçam orientações gerais para o trabalho

pedagógico, cabe aos professores interpretar essas diretrizes e adaptá-las às realidades específicas de suas instituições educativas.

Essa dimensão reforça a importância de processos formativos que valorizem o professor como sujeito ativo na construção do currículo. A formação docente precisa estimular a capacidade de análise crítica das políticas educacionais, permitindo que os professores desenvolvam práticas pedagógicas coerentes com os princípios da educação infantil e com as necessidades das crianças.

Além disso, a articulação entre formação docente e políticas curriculares também envolve a discussão sobre avaliação na educação infantil. As DCNEI e a BNCC destacam que a avaliação nessa etapa da educação básica deve assumir caráter formativo e processual, centrado na observação e no acompanhamento do desenvolvimento das crianças.

Isso significa que a avaliação não deve ser utilizada para classificar ou selecionar as crianças, mas para compreender seus processos de aprendizagem e orientar o planejamento pedagógico.

Dessa forma, a formação docente precisa incluir estudos sobre avaliação formativa, observação pedagógica e documentação das experiências das crianças. Essas práticas permitem que os professores acompanhem o desenvolvimento infantil de maneira mais sensível e contextualizada.

Outro ponto relevante refere-se à valorização da participação das famílias no processo educativo. Tanto as DCNEI quanto a BNCC destacam a importância de estabelecer relações de parceria entre instituições educativas e famílias, reconhecendo que o

desenvolvimento das crianças ocorre em diferentes contextos sociais.

A formação docente precisa preparar os professores para dialogar com as famílias, compreender suas expectativas e construir relações de colaboração que favoreçam o desenvolvimento das crianças.

Além disso, as orientações curriculares também enfatizam a necessidade de promover práticas pedagógicas inclusivas que respeitem a diversidade presente na sociedade. As instituições de educação infantil recebem crianças com diferentes histórias de vida, culturas e necessidades educativas, o que exige dos professores capacidade de desenvolver estratégias pedagógicas sensíveis à diversidade.

Nesse sentido, a formação docente precisa incluir discussões sobre educação inclusiva, diversidade cultural e direitos das crianças. Essas dimensões contribuem para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a promoção da equidade e da justiça social.

Diante dessas considerações, é possível afirmar que a articulação entre formação docente, BNCC e DCNEI constitui elemento fundamental para a qualificação da educação infantil no Brasil. A compreensão dos princípios pedagógicos presentes nesses documentos permite que os professores desenvolvam práticas educativas mais coerentes com as necessidades das crianças e com os objetivos da educação infantil.

Portanto, investir em processos formativos que promovam a análise crítica das políticas curriculares e incentivem a construção coletiva de conhecimentos pedagógicos representa estratégia fundamental

para fortalecer a qualidade das práticas educativas desenvolvidas nas instituições de educação infantil.

2.2. Concepções Contemporâneas de Infância e Implicações para a Formação Docente

A discussão sobre formação docente na educação infantil está diretamente relacionada às concepções de infância que orientam as práticas pedagógicas nas instituições educativas. Ao longo da história, diferentes perspectivas teóricas construíram modos diversos de compreender a infância e o papel social atribuído às crianças. Essas concepções influenciam a organização das práticas pedagógicas, as políticas educacionais e os processos de formação de professores.

Durante longo período, a infância foi compreendida a partir de uma perspectiva marcada pela ideia de incompletude, na qual a criança era vista como sujeito em processo de preparação para a vida adulta. Essa concepção, fortemente presente nas práticas educativas tradicionais, atribuía ao adulto o papel central no processo educativo, cabendo às crianças uma posição passiva na construção do conhecimento.

Entretanto, as pesquisas contemporâneas no campo da sociologia da infância e da pedagogia da infância têm contribuído para transformar essa compreensão. Atualmente, a criança é reconhecida como sujeito social ativo, capaz de produzir cultura, interpretar o mundo e participar da construção de conhecimentos.

William Corsaro, um dos principais autores da sociologia da infância, destaca que as crianças participam ativamente da construção da

cultura infantil por meio das interações estabelecidas com seus pares e com os adultos. Segundo o autor:

“as crianças não apenas internalizam a cultura adulta, mas também contribuem ativamente para sua produção e transformação” (CORSARO, 2011, p. 44).

Essa perspectiva rompe com a ideia de infância como etapa exclusivamente preparatória da vida humana e reconhece as crianças como participantes ativos da vida social. No contexto da educação infantil, essa compreensão exige que os professores desenvolvam práticas pedagógicas que valorizem a participação das crianças e reconheçam suas formas próprias de expressão.

A sociologia da infância também tem contribuído para ampliar a compreensão sobre as experiências vivenciadas pelas crianças em diferentes contextos sociais e culturais. Manuel Jacinto Sarmiento destaca que a infância deve ser compreendida como categoria social historicamente construída, marcada por relações de poder e por diferentes formas de participação na sociedade.

De acordo com o autor:

“as crianças são atores sociais competentes, capazes de interpretar e produzir significados nas relações que estabelecem com o mundo” (SARMENTO, 2005, p. 368).

Essa abordagem reforça a necessidade de compreender a educação infantil como espaço de participação social das crianças, no qual suas experiências, interesses e modos de pensar devem ser considerados na organização das práticas pedagógicas.

No campo da pedagogia da infância, diferentes estudos têm destacado a importância de construir práticas educativas que respeitem as características próprias da infância. Sonia Kramer enfatiza que a educação infantil deve reconhecer as crianças como sujeitos históricos e culturais, valorizando suas experiências e suas formas de participação no processo educativo.

Segundo a autora:

“as crianças são sujeitos sociais e históricos que participam ativamente da construção da cultura e da sociedade” (KRAMER, 2007, p. 15).

Essa perspectiva exige que os professores desenvolvam práticas pedagógicas baseadas no diálogo, na escuta e na valorização das experiências infantis. A escuta pedagógica constitui elemento central para compreender as formas pelas quais as crianças interpretam o mundo e constroem significados em suas interações cotidianas.

Outro aspecto relevante refere-se à compreensão da infância como experiência plural e diversificada. As crianças vivem em contextos sociais marcados por diferenças culturais, econômicas e familiares, o que exige dos professores sensibilidade para compreender a diversidade presente no cotidiano das instituições educativas.

Nesse sentido, Miguel Arroyo destaca que a educação precisa reconhecer a diversidade de sujeitos que compõem a sociedade e desenvolver práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão e a justiça social.

Para o autor:

“educar implica reconhecer os sujeitos concretos que vivem nas escolas, com suas histórias, culturas e identidades” (ARROYO, 2012, p. 42).

Essa perspectiva reforça a necessidade de construir práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e valorizem as experiências culturais das crianças. A formação docente, nesse contexto, precisa incluir reflexões sobre diversidade, inclusão e direitos das crianças.

Outro campo teórico que tem contribuído significativamente para a reflexão sobre a educação infantil é representado pelos estudos desenvolvidos por Gunilla Dahlberg, Peter Moss e Alan Pence. Esses autores propõem uma abordagem crítica das políticas educacionais voltadas à infância, questionando modelos pedagógicos baseados em padrões universais de desenvolvimento.

Segundo Dahlberg, Moss e Pence:

“a infância não é uma categoria natural e universal, mas uma construção social que varia de acordo com os contextos históricos e culturais” (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003, p. 63).

Essa perspectiva destaca a importância de considerar as múltiplas formas de viver a infância e de evitar concepções homogêneas que desconsiderem as particularidades das experiências infantis. No campo da formação docente, essa abordagem implica promover processos formativos que estimulem a reflexão crítica sobre as concepções de infância presentes nas práticas pedagógicas.

A valorização da infância como experiência social também está presente nos estudos de Tizuko Morchida Kishimoto, que destaca a

importância do brincar no desenvolvimento infantil. Para a autora, as brincadeiras constituem forma privilegiada de expressão das crianças e desempenham papel fundamental na construção de conhecimentos.

Kishimoto afirma que:

“o brincar constitui atividade fundamental para o desenvolvimento infantil, pois permite à criança explorar o mundo, expressar sentimentos e construir relações sociais” (KISHIMOTO, 2010, p. 27).

A centralidade do brincar na educação infantil exige que os professores desenvolvam práticas pedagógicas que valorizem as brincadeiras como forma de aprendizagem. Nesse contexto, a formação docente precisa incluir estudos sobre cultura lúdica, organização de ambientes de brincadeira e mediação pedagógica nas atividades lúdicas.

Além disso, as práticas pedagógicas na educação infantil devem considerar a dimensão estética e cultural das experiências das crianças. As atividades relacionadas à música, à arte, ao movimento e à expressão corporal constituem formas importantes de desenvolvimento infantil e precisam ser valorizadas no cotidiano das instituições educativas.

A formação docente deve, portanto, incentivar a construção de práticas pedagógicas que promovam experiências educativas diversificadas, capazes de estimular a curiosidade, a criatividade e a imaginação das crianças.

Outro elemento fundamental refere-se à participação das crianças nos processos educativos. As concepções contemporâneas de

infância enfatizam que as crianças devem ser reconhecidas como protagonistas de suas experiências de aprendizagem.

Isso significa que os professores precisam desenvolver estratégias pedagógicas que incentivem a participação ativa das crianças na organização das atividades educativas, no planejamento das experiências e na construção coletiva de conhecimentos.

Nesse sentido, a escuta pedagógica assume papel central no trabalho docente. Escutar as crianças significa reconhecer suas vozes, suas ideias e suas formas de compreender o mundo. Essa prática contribui para a construção de ambientes educativos mais democráticos e participativos.

A formação docente precisa, portanto, preparar os professores para desenvolver práticas pedagógicas baseadas no diálogo e na participação das crianças. Isso implica reconhecer que o processo educativo não se limita à transmissão de conhecimentos, mas envolve a construção coletiva de significados.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre infância, cultura e sociedade. As experiências das crianças são influenciadas pelos contextos sociais nos quais vivem, pelas relações familiares e pelas condições materiais de existência. A educação infantil precisa considerar essas dimensões para desenvolver práticas pedagógicas contextualizadas.

Nesse contexto, os professores desempenham papel fundamental na mediação entre as experiências das crianças e os conhecimentos culturais produzidos pela humanidade. A formação docente deve, portanto, incluir reflexões sobre cultura, sociedade e processos educativos.

Diante dessas considerações, torna-se evidente que as concepções contemporâneas de infância têm implicações significativas para a formação docente na educação infantil. Reconhecer as crianças como sujeitos ativos, produtores de cultura e participantes da vida social exige que os professores desenvolvam práticas pedagógicas sensíveis às experiências infantis.

A formação docente precisa promover processos reflexivos que permitam aos professores analisar criticamente suas concepções de infância e reconstruir suas práticas pedagógicas à luz das contribuições teóricas produzidas no campo da pedagogia da infância e da sociologia da infância.

Assim, a construção de práticas pedagógicas comprometidas com o desenvolvimento integral das crianças depende, em grande medida, da qualidade dos processos formativos oferecidos aos professores. Investir na formação docente significa fortalecer a capacidade dos profissionais de interpretar as experiências infantis e desenvolver propostas educativas que valorizem a infância em sua pluralidade e complexidade.

2.3. Demandas Sociais Contemporâneas na Educação Infantil

As transformações sociais ocorridas nas últimas décadas têm impactado profundamente a organização das instituições educativas e as expectativas em relação ao trabalho docente. No caso da educação infantil, essas transformações assumem particular relevância, uma vez que as experiências vivenciadas pelas crianças refletem mudanças sociais mais amplas presentes na sociedade contemporânea. As instituições que atendem a primeira infância passaram a ocupar papel cada vez mais significativo nas políticas

educacionais e nas dinâmicas sociais, sendo reconhecidas não apenas como espaços de cuidado, mas como ambientes fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças.

Entre essas mudanças destacam-se as transformações nas estruturas familiares, a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, o crescimento das cidades, as novas configurações de cuidado e socialização infantil e a intensificação das desigualdades sociais. Esses fatores contribuem para ampliar a diversidade de experiências infantis presentes nas instituições educativas, tornando o cotidiano da educação infantil cada vez mais heterogêneo.

Nesse cenário, a educação infantil deixa de ser compreendida apenas como espaço de preparação para o ensino fundamental e passa a ser reconhecida como etapa decisiva da educação básica, com funções pedagógicas próprias. As instituições de educação infantil passam a responder a demandas sociais relacionadas ao cuidado, à socialização e ao desenvolvimento das crianças, além de desempenhar papel relevante na promoção de direitos e na redução de desigualdades sociais.

Sonia Kramer destaca que a ampliação do acesso à educação infantil está diretamente relacionada às transformações sociais e às lutas por direitos sociais. Segundo a autora:

“a educação infantil constitui um direito das crianças e das famílias, resultado de processos históricos de mobilização social e de reconhecimento da infância como fase fundamental do desenvolvimento humano” (KRAMER, 2007, p. 21).

Essa perspectiva evidencia que a educação infantil não pode ser analisada de forma isolada, mas deve ser compreendida no contexto das transformações sociais, econômicas e culturais que caracterizam a sociedade contemporânea.

Outro aspecto relevante refere-se às mudanças nas configurações familiares. A ampliação das jornadas de trabalho, o aumento das famílias monoparentais e a diversidade de arranjos familiares têm influenciado diretamente as expectativas em relação às instituições educativas. As creches e pré-escolas passaram a assumir papel central na organização da vida cotidiana das famílias, contribuindo para o cuidado e a educação das crianças.

Nesse contexto, os professores da educação infantil precisam lidar com realidades sociais complexas que exigem práticas pedagógicas sensíveis à diversidade cultural e social das crianças. A escola passa a acolher crianças provenientes de diferentes contextos sociais, culturais e econômicos, o que exige dos professores capacidade de compreender essas realidades e desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas.

Miguel Arroyo destaca que a escola contemporânea precisa reconhecer os diferentes sujeitos que nela convivem, considerando suas histórias, identidades e experiências sociais. Para o autor:

“as escolas são espaços de encontro de múltiplos sujeitos, portadores de histórias, culturas e identidades diversas que precisam ser reconhecidas nos processos educativos” (ARROYO, 2012, p. 58).

Essa perspectiva reforça a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas que valorizem a diversidade presente na sociedade e

promovam experiências educativas capazes de respeitar as singularidades das crianças.

Além disso, as discussões contemporâneas sobre inclusão educacional têm ampliado as responsabilidades atribuídas às instituições educativas e aos professores. A presença de crianças com diferentes necessidades educativas, incluindo crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades, exige práticas pedagógicas capazes de garantir participação e aprendizagem para todos.

Maria Teresa Eglér Mantoan destaca que a inclusão escolar implica repensar concepções pedagógicas e transformar as práticas educativas para que todas as crianças possam participar dos processos de aprendizagem. Nesse sentido, a autora afirma que:

“a inclusão exige uma escola que reconheça as diferenças e reorganize suas práticas para que todos os alunos tenham oportunidades reais de participação e aprendizagem” (MANTOAN, 2003, p. 23).

A inclusão educacional, portanto, não se limita ao acesso das crianças às instituições educativas, mas envolve a construção de práticas pedagógicas capazes de promover a participação efetiva de todos os sujeitos nos processos de aprendizagem. Isso exige dos professores conhecimentos específicos sobre desenvolvimento infantil, diversidade e estratégias pedagógicas inclusivas.

Outro aspecto que merece destaque refere-se às desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira. As crianças que frequentam as instituições de educação infantil provêm de contextos sociais marcados por diferentes condições de vida, o que

influencia diretamente suas experiências e oportunidades de desenvolvimento.

Pesquisas educacionais têm demonstrado que a educação infantil desempenha papel significativo na redução das desigualdades educacionais, especialmente quando oferece experiências pedagógicas de qualidade capazes de promover o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças.

Nesse sentido, Dermeval Saviani destaca que a educação precisa ser compreendida como prática social comprometida com a transformação das condições de desigualdade presentes na sociedade. Para o autor:

“a educação tem papel decisivo na formação dos sujeitos e na construção de uma sociedade mais justa e democrática” (SAVIANI, 2008, p. 67).

Essa perspectiva reforça a importância de desenvolver práticas pedagógicas comprometidas com a promoção da equidade e da justiça social no contexto da educação infantil.

Outro elemento que tem influenciado significativamente as experiências infantis refere-se à presença crescente das tecnologias digitais na vida cotidiana das crianças. Dispositivos eletrônicos, redes digitais e diferentes mídias passaram a fazer parte das formas de comunicação, interação e produção cultural na sociedade contemporânea.

Embora a educação infantil possua características pedagógicas próprias, baseadas na valorização das interações, das brincadeiras e das experiências concretas, os professores precisam compreender

como as tecnologias digitais influenciam as formas de interação e aprendizagem das crianças.

As tecnologias digitais transformam as maneiras pelas quais as crianças acessam informações, constroem conhecimentos e interagem com o mundo. Dessa forma, a formação docente precisa incluir reflexões sobre cultura digital e suas implicações para o trabalho pedagógico na educação infantil.

Outro aspecto relevante refere-se à crescente valorização dos direitos das crianças nas políticas públicas e nas discussões educacionais contemporâneas. A infância passou a ser reconhecida como fase da vida que exige proteção, cuidado e garantia de direitos fundamentais.

Nesse sentido, os princípios estabelecidos em documentos internacionais e nacionais reforçam a necessidade de desenvolver práticas educativas que respeitem a dignidade, a participação e o desenvolvimento integral das crianças.

No campo da educação infantil, essa perspectiva implica reconhecer as crianças como sujeitos de direitos e participantes ativos dos processos educativos. As práticas pedagógicas devem promover ambientes que favoreçam a participação das crianças, a escuta de suas vozes e o respeito às suas experiências.

Além disso, as instituições de educação infantil também enfrentam desafios relacionados às mudanças culturais presentes na sociedade contemporânea. A diversidade cultural, étnica e linguística presente nas comunidades exige que os professores desenvolvam práticas pedagógicas sensíveis às diferentes formas de expressão e às múltiplas identidades presentes no contexto educativo.

Nesse cenário, a educação infantil precisa assumir compromisso com a construção de ambientes educativos que valorizem a diversidade cultural e promovam o respeito às diferenças.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de fortalecer as relações entre instituições educativas e famílias. As experiências vivenciadas pelas crianças são influenciadas pelas interações estabelecidas nos diferentes contextos sociais em que vivem, incluindo a família, a comunidade e a escola.

A construção de relações de parceria entre professores e famílias constitui elemento fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais contextualizadas e sensíveis às realidades das crianças. Professores que dialogam com as famílias ampliam sua compreensão sobre as experiências infantis e podem desenvolver estratégias pedagógicas mais adequadas às necessidades das crianças.

Diante dessas transformações sociais, torna-se evidente que o trabalho docente na educação infantil exige conhecimentos cada vez mais complexos e diversificados. Os professores precisam compreender as múltiplas dimensões que influenciam o desenvolvimento infantil e desenvolver práticas pedagógicas capazes de responder às demandas sociais contemporâneas.

Nesse sentido, a formação docente assume papel central na qualificação do trabalho pedagógico desenvolvido nas instituições de educação infantil. Processos formativos consistentes devem incluir discussões sobre diversidade social, inclusão educacional, cultura digital, direitos das crianças e transformações sociais.

Esses elementos evidenciam que a formação docente precisa incorporar discussões sobre cultura, diversidade, inclusão e transformações sociais, permitindo que os professores desenvolvam práticas pedagógicas contextualizadas e socialmente comprometidas. A compreensão das demandas sociais contemporâneas constitui condição fundamental para que os professores possam atuar de maneira crítica e reflexiva no contexto da educação infantil, contribuindo para a construção de práticas educativas comprometidas com o desenvolvimento integral das crianças e com a promoção de uma sociedade mais justa e democrática.

2.4. Políticas Educacionais da Educação Infantil

As políticas educacionais desempenham papel fundamental na definição das diretrizes que orientam a formação de professores e a organização da educação infantil. No Brasil, diferentes documentos legais têm buscado consolidar a educação infantil como primeira etapa da educação básica e garantir a qualidade das práticas pedagógicas desenvolvidas nesse nível de ensino.

Entre esses documentos destaca-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece orientações para o desenvolvimento das práticas pedagógicas na educação básica. No caso da educação infantil, a BNCC enfatiza as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes do processo educativo.

O documento também destaca a importância de reconhecer os direitos de aprendizagem das crianças, organizados em campos de experiências que orientam o planejamento pedagógico nas instituições de educação infantil.

Nesse contexto, a formação docente assume papel central na implementação das políticas educacionais. Dermeval Saviani destaca que a qualidade da educação depende diretamente das condições de formação e trabalho dos professores.

Segundo o autor: “a formação de professores constitui um dos pilares fundamentais para a construção de uma educação comprometida com a democratização do conhecimento” (SAVIANI, 2008, p. 52).

Ao mesmo tempo, diferentes estudos têm apontado que as políticas educacionais contemporâneas também produzem novas formas de regulação do trabalho docente. Stephen Ball analisa que as reformas educacionais recentes têm introduzido mecanismos de avaliação e responsabilização que influenciam a organização das práticas pedagógicas.

Para o autor, a emergência da cultura de performatividade nas políticas educacionais pode alterar as formas de atuação dos professores, gerando novas pressões relacionadas ao desempenho e à produtividade no trabalho educativo.

Essas análises indicam que a formação docente precisa incluir reflexões críticas sobre as políticas educacionais e seus impactos no trabalho pedagógico.

3. METODOLOGIA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

A presente pesquisa caracteriza-se como revisão integrativa da literatura, metodologia que permite reunir, analisar e sintetizar estudos teóricos e empíricos sobre determinado fenômeno investigado. Esse tipo de revisão possibilita compreender como a

produção científica tem abordado determinado tema e identificar tendências investigativas presentes no campo acadêmico.

Segundo Whitemore e Knafl (2005), a revisão integrativa permite incluir estudos com diferentes abordagens metodológicas, oferecendo visão abrangente sobre o objeto de estudo.

O processo de revisão foi organizado em cinco etapas:

1. definição do problema de pesquisa
2. estabelecimento dos critérios de busca e seleção dos estudos
3. levantamento das publicações nas bases de dados
4. análise e categorização dos estudos
5. síntese e interpretação dos resultados

A questão orientadora da pesquisa foi: **Quais contribuições a produção científica apresenta sobre a relação entre formação docente e demandas sociais contemporâneas na educação infantil?**

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO DA REVISÃO INTEGRATIVA

A análise dos estudos selecionados na revisão integrativa permitiu identificar tendências teóricas e analíticas presentes na produção científica sobre formação docente e demandas sociais contemporâneas na educação infantil. A leitura analítica dos trabalhos revelou que as pesquisas convergem para a compreensão de que a qualificação da educação infantil está diretamente

relacionada aos processos de formação inicial e continuada dos professores, bem como às condições institucionais que estruturam o trabalho pedagógico.

A categorização temática realizada a partir da análise de conteúdo possibilitou organizar os resultados em três eixos principais de discussão: compreensão das infâncias contemporâneas, construção dos saberes docentes e desenvolvimento profissional e influência das políticas educacionais na formação de professores. Esses eixos evidenciam a complexidade das relações entre formação docente, transformações sociais e práticas pedagógicas na educação infantil.

4.1. Compreensão das Infâncias Contemporâneas e Implicações para a Formação Docente

A primeira tendência identificada nos estudos analisados refere-se à necessidade de compreender as infâncias contemporâneas como fenômeno social e cultural complexo. A literatura educacional tem destacado que as crianças vivem em contextos sociais marcados por transformações econômicas, tecnológicas e culturais que influenciam suas formas de interação, aprendizagem e participação social.

Nesse contexto, os estudos de Sonia Kramer enfatizam que a educação infantil precisa reconhecer a criança como sujeito histórico e cultural, capaz de produzir conhecimentos e significados nas interações sociais. Segundo a autora,

“a infância não pode ser compreendida como etapa meramente preparatória para a vida adulta, mas como período de produção cultural e participação social” (KRAMER, 2007, p. 19).

Essa perspectiva contribui para deslocar concepções tradicionais de educação infantil centradas apenas na preparação para a escolarização formal, valorizando as experiências culturais e sociais das crianças.

Os estudos analisados indicam que essa mudança de perspectiva exige transformações nos processos de formação docente. Professores que atuam na educação infantil precisam desenvolver conhecimentos que lhes permitam interpretar as experiências das crianças em diferentes contextos sociais e culturais.

Zilma de Moraes Ramos de Oliveira destaca que a prática pedagógica na educação infantil deve considerar as formas específicas pelas quais as crianças aprendem e se relacionam com o mundo. Para a autora, as interações e as brincadeiras constituem elementos centrais no desenvolvimento infantil, pois possibilitam que as crianças construam conhecimentos por meio da exploração e da experiência.

Nesse sentido, os estudos analisados evidenciam que a formação docente precisa incluir conhecimentos relacionados à psicologia do desenvolvimento, à sociologia da infância e às práticas pedagógicas que valorizam as experiências das crianças.

Além disso, os trabalhos revisados apontam que a diversidade social e cultural presente nas instituições de educação infantil constitui desafio significativo para o trabalho docente. A presença de crianças provenientes de diferentes contextos socioculturais exige que os professores desenvolvam práticas pedagógicas sensíveis às múltiplas formas de viver a infância.

Essa dimensão reforça a necessidade de processos formativos que promovam reflexões sobre cultura, diversidade e inclusão no contexto da educação infantil.

4.2. Construção dos Saberes Docentes e Desenvolvimento Profissional

A segunda categoria identificada na análise dos estudos refere-se à construção dos saberes docentes e ao desenvolvimento profissional dos professores que atuam na educação infantil. A literatura educacional tem destacado que a docência constitui prática profissional complexa que envolve diferentes tipos de conhecimento.

Maurice Tardif argumenta que os saberes docentes são construídos a partir de múltiplas fontes, incluindo conhecimentos científicos, curriculares e experienciais. Para o autor,

“os saberes profissionais dos professores são construídos ao longo de sua trajetória formativa e resultam da articulação entre conhecimentos acadêmicos e experiências vividas no cotidiano da prática pedagógica” (2014, p. 39).

Essa concepção amplia a compreensão da formação docente ao reconhecer que o desenvolvimento profissional não se limita à formação inicial, mas se estende ao longo de toda a carreira.

Os estudos analisados indicam que a formação inicial dos professores representa etapa fundamental na construção da identidade profissional docente. No entanto, diversas pesquisas apontam que os cursos de formação de professores ainda

apresentam fragilidades relacionadas à articulação entre teoria e prática.

António Nóvoa destaca que a formação docente precisa ser reorganizada de modo a valorizar a experiência profissional e a reflexão sobre a prática pedagógica. Segundo o autor, “a formação de professores deve estar centrada na construção de identidades profissionais, promovendo processos de reflexão coletiva sobre as práticas educativas” (2009, p. 34).

Essa perspectiva tem influenciado diferentes propostas de formação docente que enfatizam a importância da aprendizagem colaborativa entre professores e da construção coletiva de conhecimentos pedagógicos.

Outro aspecto destacado nos estudos refere-se à relevância da formação continuada para o desenvolvimento profissional docente. A complexidade das demandas presentes na educação contemporânea exige que os professores participem de processos formativos permanentes que possibilitem a atualização de conhecimentos e a reflexão crítica sobre suas práticas pedagógicas.

Nesse sentido, a formação continuada deve ser compreendida como processo articulado ao cotidiano das instituições educativas, favorecendo a construção de espaços coletivos de reflexão pedagógica.

Donald Schön contribui para essa discussão ao destacar a importância da reflexão na ação como elemento central do desenvolvimento profissional. Para o autor, “os profissionais desenvolvem sua competência por meio da reflexão sobre as

situações concretas de sua prática, reinterpretando suas experiências e reconstruindo seus conhecimentos” (2000, p. 45).

Essa abordagem tem influenciado propostas formativas que valorizam a análise da prática pedagógica como estratégia de aprendizagem profissional.

4.3. Influência das Políticas Educacionais na Formação Docente

A terceira categoria identificada na análise da literatura refere-se à influência das políticas educacionais na organização da formação docente e na definição das práticas pedagógicas desenvolvidas na educação infantil.

Os estudos analisados indicam que as políticas educacionais desempenham papel decisivo na definição das diretrizes que orientam os processos formativos e a organização das instituições educativas.

Dermeval Saviani destaca que a formação de professores está diretamente relacionada ao projeto educacional desenvolvido em determinada sociedade. Segundo o autor, “a formação de professores constitui elemento estratégico para a consolidação de um projeto educacional comprometido com a democratização do acesso ao conhecimento” (SAVIANI, 2008, p. 52).

Essa perspectiva evidencia que as políticas de formação docente possuem dimensão política e social, pois influenciam diretamente a qualidade da educação oferecida à população.

No contexto brasileiro, diferentes marcos legais têm buscado consolidar a educação infantil como primeira etapa da educação

básica e estabelecer diretrizes para a formação de professores que atuam nesse nível de ensino.

A Base Nacional Comum Curricular constitui um dos principais documentos orientadores das práticas pedagógicas na educação básica. No caso da educação infantil, o documento destaca a importância das interações e das brincadeiras como eixos estruturantes do trabalho pedagógico.

Entretanto, alguns estudos analisados apontam que as políticas educacionais contemporâneas também têm introduzido novas formas de regulação do trabalho docente. Stephen Ball analisa que as reformas educacionais recentes têm enfatizado mecanismos de avaliação, responsabilização e controle das práticas pedagógicas.

Segundo o autor, essas políticas produzem o que denomina cultura de performatividade, caracterizada pela valorização de indicadores de desempenho e resultados mensuráveis no sistema educacional.

Essa tendência pode gerar tensões no trabalho pedagógico desenvolvido na educação infantil, uma vez que os processos educativos nessa etapa envolvem dimensões qualitativas relacionadas ao desenvolvimento integral das crianças.

Diante desse cenário, diversos estudos destacam a importância de processos formativos que incentivem a reflexão crítica sobre as políticas educacionais e seus impactos no trabalho docente.

4.4. Síntese Interpretativa dos Resultados

A análise dos estudos selecionados na revisão integrativa evidencia que a formação docente na educação infantil precisa ser

compreendida como processo multidimensional que articula conhecimentos pedagógicos, reflexão sobre a prática e compreensão das transformações sociais que impactam a infância.

Os resultados indicam que três elementos se destacam como estruturantes para o desenvolvimento de processos formativos consistentes.

O primeiro refere-se à necessidade de incorporar nos processos de formação conhecimentos sobre as infâncias contemporâneas, reconhecendo as crianças como sujeitos sociais e culturais.

O segundo elemento relaciona-se à valorização da construção dos saberes docentes e do desenvolvimento profissional ao longo da carreira, integrando formação inicial e formação continuada.

O terceiro elemento diz respeito à compreensão das políticas educacionais e de seus impactos na organização das práticas pedagógicas.

A articulação entre essas dimensões permite compreender que a qualificação da educação infantil depende da construção de processos formativos capazes de integrar conhecimento acadêmico, experiência profissional e reflexão crítica sobre as condições sociais e institucionais que estruturam o trabalho docente.

Dessa forma, os resultados da revisão integrativa reforçam a necessidade de políticas educacionais e programas de formação que reconheçam a complexidade da docência na educação infantil e valorizem o papel dos professores na construção de práticas pedagógicas comprometidas com o desenvolvimento integral das crianças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a formação docente constitui elemento crucial para responder às demandas sociais contemporâneas presentes na educação infantil. As transformações sociais, culturais e educacionais que caracterizam a sociedade atual exigem professores capazes de compreender a complexidade das experiências infantis e desenvolver práticas pedagógicas sensíveis à diversidade.

Os estudos analisados indicam que a formação docente precisa articular conhecimentos teóricos, experiências práticas e reflexão crítica sobre as políticas educacionais e as condições de trabalho docente. Além disso, torna-se necessário fortalecer processos de formação continuada que possibilitem aos professores acompanhar as transformações sociais e educacionais que impactam o trabalho pedagógico.

Nesse sentido, investir na formação docente representa estratégia fundamental para potencializar a qualidade da educação infantil e garantir que as instituições educativas possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento integral das crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, Stephen. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Educação & Sociedade*, 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

KRAMER, Sonia. *A infância e sua singularidade*. São Paulo: Cortez, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

NÓVOA, António. *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHÖN, Donald. *Educando o profissional reflexivo*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 2005.

¹ Doutora em Educação. Professora do Curso de Pedagogia e Psicologia, Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE Santa Catarina, Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)